CISION

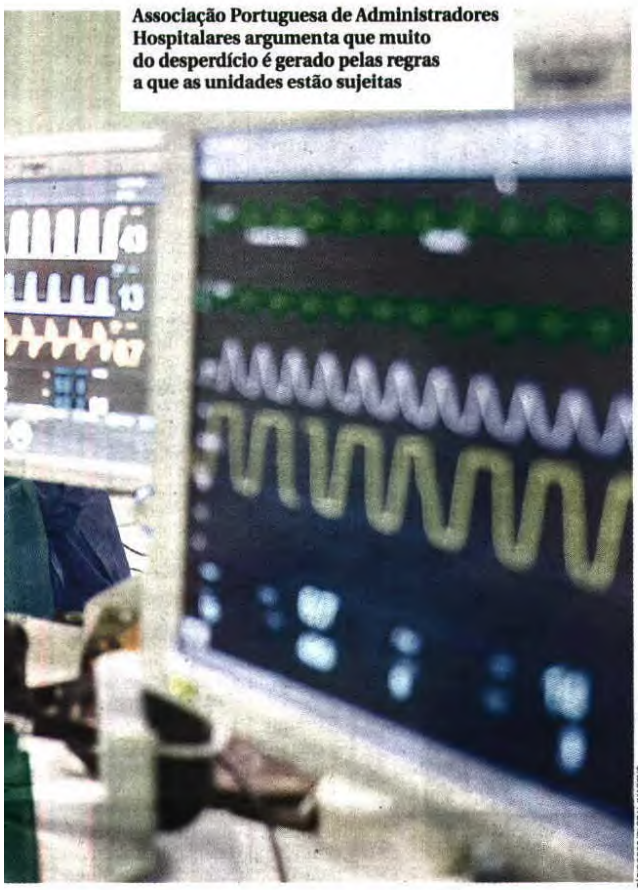
Diário de Notícias

ID: 74316407

02-04-2018

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 5
Cores: Cor
Área: 25,50 x 30,00 cm²
Corte: 2 de 3



Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares argumenta que muito do desperdício é gerado pelas regras a que as unidades estão sujeitas

FÁBIO POÇO/GLOBAL IMAGENS

| HOMÓLOGO | VAR. | CUSTO POR DOENTE-PADRÃO | TRANSFERÊNCIAS DA ACSS PARA OS HOSPITAIS |
|---|---|---|---|
| 11,2 milhões | 104% | 2697€ | 37,50 milhões |
| 117,4 milhões | 37% | 2989€ | 67,27 milhões |
| 87,4 milhões | 8% | 3064€ | 22,80 milhões |
| 53 milhões | 74% | 3067€ | 21,99 milhões |
| 210 milhões | 13,7% | 3229€ | 55,57 milhões |
| 119,7 milhões | -0,9% | 3244€ | 28,20 milhões |
| 13,4 milhões | 106% | 2747€ | 7,96 milhões |
| 18,6 milhões | 151% | 2859€ | 26,00 milhões |
| - 0,08 milhões | 7806% | 2870€ | 6,64 milhões |
| 30,3 milhões | 21% | 2903€ | 9,14 milhões |
| 46,4 milhões | 35,2% | 2959€ | 19,50 milhões |
| 8,6 milhões | 82,5% | 3232€ | 9,27 milhões |
| 5,4 milhões | 162,2% | 3317€ | 3,56 milhões |
| 3,8 milhões | 283% | 2682€ | 4,67 milhões |
| 1,8 milhões | 350% | 2906€ | 6,29 milhões |
| 4,5 milhões | 303% | 2940€ | 5,47 milhões |
| 0,4 milhões | 1227% | 2980€ | 2,81 milhões |
| 23,1 milhões | 51% | 3094€ | 8,81 milhões |
| 51,7 milhões | - 2,2% | 3244€ | 13,27 milhões |
| 14,2 milhões | 47,9% | 3315€ | 6,15 milhões |
| 63,6 milhões | 25,8% | 3493€ | 19,30 milhões |
| 27,3 milhões | 13,1% | 3611€ | 8,14 milhões |
| 24,4 milhões | -9,8% | 3688€ | 6,17 milhões |
| 2,3 milhões | 67,1% | 2621€ | 2,05 milhões |
| 2,6 milhões | 80,1% | 2674€ | 2,41 milhões |
| 7,5 milhões | 47,2% | 3175€ | 3,45 milhões |
| 3 milhões | 131,8% | 3259€ | 3,54 milhões |
| - 0,2 milhões | 10778% | 2200€ | 10,60 milhões |
| - | - | 2376€ | 3,35 milhões |
| 36,8 milhões | 13,1% | 2637€ | 12,02 milhões |

Lemos não entra no benchmarking, tal como as Unidades Locais de Saúde

Fonte: ACCS, Ministério da Saúde

# 500 milhões de euros para abater à dívida vencida

**GASTOS** Em relação aos pagamentos em atraso a fornecedores, apenas três hospitais conseguiram reduzir dívida a mais de 90 dias

Se nos resultados financeiros se registaram variações negativas muito acentuadas no ano passado, nas dívidas vencidas a fornecedores houve crescimentos percentuais ainda mais astronómicos. Os casos mais flagrantes registaram-se no Instituto de Oncologia do Porto (10 778%) e no Centro Hospitalar de Tondela-Viseu (7806%). É também nesta área, à semelhança do que aconteceu na evolução dos EBITDA, apenas três instituições reduziram as suas dívidas a mais de 90 dias até outubro do ano passado: Lisboa Central, Santarém e Cova da Beira.

Um cenário que levou o governo a transferir mais de 500 milhões de euros no final de 2017 para que os hospitais do Serviço Nacional de Saúde possam "mitigar os pagamentos em atraso pelas entidades de saúde a fornecedores", como se pode ler numa resposta do Ministério da Saúde a uma pergunta do PCP. Isto "no sentido de não pôr em causa a prestação de cuidados de saúde à população."

O despacho das Finanças que determina o aumento de capital estatutário das entidades públicas empresariais do SNS, assinado pelo secretário de Estado do Tesouro e datado de 29 de dezembro de 2017, determina que os "valores transferidos são utilizados em exclusivo no pagamento de dívida vencida, por ordem de maturidade, sendo este processo supervisionado pela Inspeção-Geral de Finanças, com o acompanhamento da ACSS".

No final da semana passada, num debate parlamentar de urgência sobre o estado da Saúde pedido pelo PSD, a bancada social-democrata acusou Adalberto Campos Fernandes de ser uma "flor de lapela" do SNS que está "reduzido a um mero protetorado do imperador Centeno", numa referência ao ministro das Finanças. Em resposta, o ministro da Saúde afirmou que "não vale a pena ir pelo caminho de que existirá um grande cisma no governo entre o ministro da Saúde e o das Finanças", porque "em matéria de rigor orçamental, de crescimento e sucesso das contas públicas eu diria mesmo que no governo somos todos Centeno".

**OPINIÃO**

# "Má gestão na Saúde"

MIGUEL GUIMARÃES
BASTONÁRIO DA ORDEM DOS MÉDICOS

Recentemente, durante a apresentação da Estrutura de Missão para a Sustentabilidade do Programa Orçamental da Saúde, o ministro da Saúde afirmou que "é evidente que existe má gestão na saúde, como em outras áreas setoriais".

O ministro da Saúde veio publicamente reconhecer de forma explícita aquilo que tem negado de forma reiterada: a Saúde está capturada pelas Finanças. E quem sofre são as pessoas, os doentes. Ao secundar a afirmação do ministro das Finanças de que há "má gestão na saúde", o ministro da Saúde vem dar razão às críticas da Ordem dos Médicos.

E a má gestão começa no capital humano. Falta de respeito e de humanismo para com os profissionais de saúde e os doentes. Investem-se centenas de milhares de euros na formação de jovens médicos especialistas e demora-se quase um ano a lançar o concurso para a sua contratação, o que na prática significa abrir-lhes a porta de saída para fora do SNS. Gastam-se num ano mais de cem milhões de euros na contratação de serviços médicos através de empresas prestadoras de serviços em vez de contratar diretamente os médicos para os quadros do SNS gerando uma poupança de vários milhões de euros e uma capacidade de resposta mais adequada às necessidades dos portugueses.

A má gestão existe ainda quando se gastam centenas de milhões de euros na contratualização externa de meios complementares de diagnóstico e terapêutica, enquanto nas unidades do SNS os equipamentos estão inutilizados por falta de manutenção ou por terem ultrapassado o seu tempo útil de vida.

A má gestão também abrange a falta de investimento em melhores condições de trabalho, nomeadamente a nível das estruturas físicas e equipamentos, que permitiriam uma resposta mais qualificada e mais eficaz.

Mas também podemos analisar a situação por outro prisma. Será que o ministro da Saúde se refere aos resultados publicados pela ACSS, relativos aos hospitais portugueses, que mostram de forma clara a incapacidade de ultrapassar o inultrapassável: o subfinanciamento crónico, desequilibrado e desigual das unidades hospitalares associado a uma exigência de resultados impossíveis de alcançar cumprindo os orçamentos previstos. Ou será que se refere à castração imposta pelo poder central na flexibilidade da gestão que poderia permitir uma resposta mais adequada das administrações hospitalares às necessidades das populações que servem? Ou será que se refere às cativações impostas pelas Finanças?

O problema da falência técnica dos hospitais e o "descontrolo" das dívidas hospitalares é da responsabilidade dos ministros das Finanças e da Saúde, na medida em que o que verdadeiramente está em causa é uma questão de subfinanciamento crónico do SNS e não propriamente resultante de uma má gestão direta das administrações hospitalares. A despesa pública em saúde tem vindo a diminuir o seu peso no PIB: 6,9% em 2010 para 5,2% em 2018 (valor estimado). Grande parte dos hospitais EPE apresentam consistentemente resultados operacionais e resultados líquidos negativos, o que leva à sua descapitalização e "falência técnica", de que o crescente aumento de dívidas em atraso e falta de investimento em equipamentos são alguns dos sintomas.

Estes dados parecem demonstrar que os desafios relacionados com a sustentabilidade do SNS estarão mais ligados à falta de financiamento do que aos ganhos potenciais que se esperam de melhores práticas de gestão das instituições. A observação de que, de forma consistente, as receitas transferidas do OE para o SNS são sempre abaixo das despesas efetivas é revelador de uma má prática, que poderá ter como objetivo pressionar as instituições para o controlo da despesa.

Assim não é de estranhar que a capacidade de resposta das unidades de saúde não consiga acompanhar as necessidades dos doentes.

Senhor ministro da Saúde: obrigado por reconhecer o óbvio! Esperemos agora que o ministro das Finanças o ajude a melhorar a gestão do SNS sem com isso continuar a estrangular a saúde dos portugueses.